

(Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.)

CNPJ n² 60.241.809/0001-37 Travessa Oliveira Bello, 34, 2ª andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro

No exercício a Kirton Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 76.040 mil, correspondente a R\$ 37,14 por
de 2016, da Kirton Administradora de Consórcio Ltda. (Kirton Consórcio), anteriormente denominada HSBC lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 145.374 mil e Ativos Totais de R\$ 202.742 mil. (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo ao trabalho. Banco Central do Brasil.

A partir de 1º de julho de 2016, a Kirton Consórcio passou a integrar o Conglomerado Bradesco devido a conclusão da aquisição do HSBC Bank Brasil S.A., conforme contrato celebrado em agosto de 2015 entre,

Banco Bradesco S.A. e HSBC Latin America Holdings Limited.

Curitiba, PR, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO FAI KIMONIAL - EIII KEAIS IIIII								
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015			
CIRCULANTE	201.252	117.470	CIRCULANTE	56.768	48.354			
DISPONIBILIDADES (Nota 5)		15.955	OUTRAS OBRIGAÇÕES	56.768	48.354			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Sociais e Estatutárias	722	-			
DERIVATIVOS (Nota 6)	193.955	98.199	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	23.062	25.833			
Carteira Própria	193.955	98.199	Diversas (Nota 10b)	32.984	22.521			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	7.297	3.316						
Créditos Específicos	3.907	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	600	4.277			
Diversos	3.390	3.316	OUTRAS OBRIGAÇÕES	600	4.277			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.365	5.106	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a).	-	214			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	1.365	5.106	Diversas (Nota 10b)	600	4.063			
Créditos Específicos	-	3.422						
Diversos	1.365	1.684	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	145.374	70.056			
PERMANENTE	125	111	Capital:					
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	125	111	- De Domiciliados no País	20.474	20.474			
Outras Imobilizações de Uso	128	122	Reservas de Lucros	124.900	49.582			
Depreciações Acumuladas	(3)	(11)						
TOTAL	202.742	122.687	TOTAL	202.742	122.687			

BALANCO DATRIMONIAL Em Poois mil

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESUI	LTADO - Em Reais i	mil		
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2016	2015	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	9.769	15.828	7.247	
Resultado de Operações com Títulos e Valores				
Mobiliários (Nota 6c)	9.769	15.828	7.247	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO				
FINANCEIRA	9.769	15.828	7.247	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	49.957	104.010	113.306	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 12)	67.399	139.849	153.275	
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(841)	(841)	(2)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(4.093)	(10.000)	(17.949)	
Despesas Tributárias (Nota 15)	(10.183)	(20.899)	(22.276)	
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	594	1.351	313	
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(2.919)	(5.450)	(55)	
RESULTADO OPERACIONAL	59.726	119.838	120.553	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18)	609	(5.760)	(478)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O				
LUCRO	60.335	114.078	120.075	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
(Notas 22a e b)	(19.752)	(38.038)	(40.012)	
Provisão para Imposto de Renda	(14.208)	(29.237)	(29.151)	
Provisão para Contribuição Social	(5.543)	(10.957)	(10.834)	
Ativo Fiscal Diferido	` (1)	2.156	(27)	
LUCRO LÍQUIDO	40.583	76.040	80.063	
Número de cotas (Notas 11a e b)	2.047.323	2.047.323	2.047.323	
Lucro por lote de mil cotas em R\$	19,82	37,14	39,11	

As Notas Explic	ativas são	parte	integrante	das I	Demonstrações	Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil										
Eventos	Capital Social	Reservas	s de Lucros Estatutária	Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais				
Saldos em 30.6.2016	20.474	219	84.820	(35)		105.478				
Ajustes de Avaliação										
Patrimonial	=	-	-	35	=	35				
Lucro Líquido	-	-	=	=	40.583	40.583				
Destinações: - Reservas	=	3.802	36.059	=	(39.861)	-				
- Dividendos										
Propostos				=	(722)	(722)				
Saldos em 31.12.2016	20.474	4.021	120.879			145.374				
Saldos em 31.12.2014	20.474	219	14.800	<u> </u>		35.493				
Utilização de Reserva										
Estatutária para paga-										
mento de dividendos	=	-	(14.800)	-	-	(14.800)				
Lucro Líquido	=	-	=	-	80.063	80.063				
Destinações: - Reservas	=	-	49.363	=	(49.363)	-				
- Dividendos										
Propostos	-	-	=	-	(29.700)	(29.700)				
- Juros sobre										
o Capital										
Próprio	-	-	-		(1.000)	(1.000)				
Saldos em 31.12.2015	20.474	219	49.363			70.056				
Lucro Líquido	-	-	=	-	76.040	76.040				
Destinações: - Reservas	-	3.802	71.516	-	(75.318)	-				
- Dividendos										
Propostos			<u> </u>	-	(722)	(722				
Saldos em 31.12.2016	20.474	4.021	120.879			145.374				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

		Exercícios findos		Lili IVegis IIIII				
	2º Semestre	em 31 de de				Exercícios	findos	
	2016	2016	2015		2º Semestre	em 31 de de	ezembro	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					2016	2016	2015	
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição				DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	773.135	749.898	678.006	
Social	60.335	114.078	120.075	Depósitos Bancários	804	838	1.245	
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda				Aplicações Financeiras	85.384	73.763	53.709	
e Contribuição Social	140	352	111	Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações				
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	139	351	110	(Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	686.947	675.297	623.052	
Outros	1	1	1	(+) RECURSOS COLETADOS	571.204	1.179.849	1.236.539	
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e	· ·	·		Contribuições para Aquisição de Bens	440.453	907.652	944.769	
Contribuição Social	60.475	114.430	120.186	Taxa de Administração	65.721	135.850	147.708	
	(48.876)	(95.756)		Contribuições ao Fundo de Reserva	14.046	28.256	26.111	
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(40.070)	(95.756)	(29.893)	Rendimentos de Aplicações Financeiras	31.690	68.080	65.995	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros				Multas e Juros Moratórios	1.337	2.701	3.081	
Valores e Bens	(545)	1.918	992	Prêmios de Seguro	17.494	36.172	37.603	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(4.084)	(20.837)	(67.238)	Custas Judiciais	-	1	4	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.721)	(15.695)	(15.818)	Outros	463	1.137	11.268	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das				(-) RECURSOS UTILIZADOS	(532.166)	(1.117.574)	(1.164.647)	
Atividades Operacionais	(1.751)	(15.940)	8.229	Aquisição de Bens	(414.217)	(879.525)	(917.847)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		•		Taxa de Administração	(65.405)	(135.157)	(149.793)	
	25			Multas e Juros Moratórios	(668)	(1.350)	(1.540)	
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	35		-	Prêmios de Seguro	(17.659)	(36.495)	(37.881)	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(15)	(15)	-	Custas Judiciais	-	=	(4)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades				Devolução a Consorciados Desligados	(15.513)	(35.426)	(26.124)	
de Investimentos	20	(15)	•	Outros	(18.704)	(29.621)	(31.458)	
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.731)	(15.955)	8.229	DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	812.173	812.173	749.898	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.731	15.955	7.726	Depósitos Bancários			838	
•	1.701	10.000	_	Aplicações Financeiras	87.965	87.965	73.763	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	(4.704)	(45055)	15.955	Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações				
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.731)	(15.955)	8.229	(Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	724.208	724.208	675.297	



(Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.)

CNPJ n² 60.241.809/0001-37 Travessa Oliveira Bello, 34, 2^a andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030

DEMONST	RAÇÃO CONSOL	.IDADA DOS R	ECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil		
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.059.530	1.951.162	CIRCULANTE E EXÍGIVEL A LONGO PRAZO	2.059.530	1.951.162
Depósitos Bancários	•	838	Obrigações com Consorciados	667.064	717.142
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação			Valores a Repassar	31.981	27.439
(Nota 19)	812.173	749.060	Obrigações por Contemplações a Entregar	723.556	675.237
Aplicações Financeiras	812.173	749.060	Obrigações com a Administradora	120	-
OUTROS CREDITOS	1.247.357	1.201.264	Recursos a Devolver a Consorciados	495.298	414.882
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	1.241.008	1.200.611	Recursos dos Grupos	141.511	116.462
Bens Retomados	6.349	653			
			COMPENSAÇÃO	5.369.550	6.448.775
COMPENSAÇÃO	5.369.550	6.448.775	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	44.025	46.960
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	44.025	46.960	Obrigações do Grupo por Contribuições	2.977.249	3.475.089
Contribuições Devidas ao Grupo	2.977.249	3.475.089	Obrigações por Futuras Contemplações	2.348.276	2.926.726
Valor dos Bens a Contemplar	2.348.276	2.926.726			
TOTAL	7.429.080	8.399.937	TOTAL	7.429.080	8.399.937

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

 CONTEXTO OPERACIONAL A Kirton Administradora de Consórcio Ltda. ("Kirton Consórcio" ou "Instituição") anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda., é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração (prasii) Administração de Consorcio Lida. e uma institução due tem por objeto a organização e aministração o de de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. Em 8 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações

regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Instituição integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 1 passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Atualmente, como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de seu Controlador ("Banco Bradesco") e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 1º de julho de 2016, através do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, foi alterada a denominação do HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda., para "Kirton Administradora de Ltda.", cujo processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 8 de julho de 2016. de Consórcio

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºº 4.595/64 As definitional de contra de la contra del contra de la contra del contra de la contra del contra de la contr tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente

quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de nature financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

caja e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo

d) Títulos e valores mobiliários

- . Títulos para negociação são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em
- manicos are o vencimento. Sao registrados per ocuso de aquisção, acrescidos dos reflumentos ateridades contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período; e
 Títulos mantidos até o vencimento são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos
- rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados

nesta categoría no período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorías de negociação e disponível para venda, bem o os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. Os instumentos inanceiros deraviavos, sau de informatos no dandivo partinioniar pero seu valor justo estinado.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base.

e) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

f) Imobilizado

. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida $no\ resultado\ do\ per\'io do\ se\ o\ valor\ contábil\ do\ ativo\ ou\ unidade\ geradora\ de\ caixa\ exceder\ o\ seu\ valor\ recuper\'avel.$

h) Passivos circulante e exigivel a longo prazo
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

i) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a aliquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas

legislações vigentes.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também
das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela
Resolução nº 3.8 23/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores juridios, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das
- obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com sufficiente segurança;

 Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25. o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são
- provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações Legais Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que. independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das
- demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

· Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

Passivo circulante

I - Obrigações com consorciados As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados

para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

II - Valores a repassar Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

R\$ mil

R\$ mil



Kirton Administradora de Consórcio Ltda.

(Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.)

Exercícios findos em

CNPJ nº 60.241.809/0001-37 Travessa Oliveira Bello, 34, 2º andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo. referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança

Contas de compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados Demonstram a previsão de contribuições a receber de consorciados e recursos mensars a receber de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições
Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015

III - Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações
Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2016 a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa (2015 - R\$ 15.955 mil).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de deze	mbro - R\$ mil
	2016	2015
Carteira própria		
Letras financeiras do tesouro	-	80.014
Cotas de fundos de investimentos	193.955	18.185
Total	193.955	98.199

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo

atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "para negociação" e estão demonstrados no ativo a) Fiscais e previdenciárias circulante para fins de apresentação do Balanço Patrimonial.

h) Resultado de títulos e valores mobiliários

Valores pendentes - cobrança judicial (2)	11.088 4.760	2015 7.247
Rendas de aplicações em fundos de investimentos Prejuizos com títulos de renda fixa Total 7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS Valores pendentes - cobrança judicial (2)		7.247
Prejuízos com títulos de renda fixa Total	4.760	
Total		-
7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS Valores pendentes - cobrança judicial (2)	(20)	-
Valores pendentes - cobrança judicial (2)	15.828	7.247
Valores pendentes - cobrança judicial (2)		
	Em 31 de deze	mbro - R\$ mil
	2016	2015
	3.652	3.346
Créditos tributários (Nota 22c)	2.320	164
Devedores por depósitos em garantia.	1.365	1.528
Pagamentos a ressarcir (1)	1.019	413
Bens retomados após encerramento	255	76
Impostos e contribuições a compensar	41	2.849
Outros adiantamentos	10	46
Total	8.662	8.422

- Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobranca: e
- (2) Referem-se basicamente a custas judiciais de processos de cobrança a serem ressarcidos pelos respectivos consorciados

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

				Custo líquido de	depreciação
	Taxa anual	Custo	Depreciação	2016	2015
Instalações, móveis e					
equipamentos de uso	10%	13	(3)	10	1
Sistemas de processa-					
mento de dados	20%	5	-	5	-
Outras imobilizações em					
curso		110	-	110	110
Total em 2016		128	(3)	125	
Total em 2015		122	(11)		111

9) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre

que a perda for avaliada como provável A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas

A Administração da histulição entente que a provisão constitutua e soluciente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajulzadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicia

para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão

de pertou destre depositos in a la os processos cum características semenantes e had giagados, a provisad é constituida com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avallada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avalladas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Cíveis
No início do exercício de 2016	143	271
Constituições líquidas de reversões e baixas	86	216
Atualização Monetária	17	32
Pagamentos	-	(165)
No final do exercício de 2016 (Nota 10b)	246	354

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "re" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de deze	mpro - R5 mil
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	21.403	24.167
Impostos e contribuições a recolher	1.659	1.880
Total	23.062	26.047
b) Diversas		
,	Em 31 de deze	mbro - R\$ mil
	2016	2015
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	22.301	18.183
Credores diversos	6.472	905
Valores a pagar sociedades ligadas	-	3.414
Recursos pendentes cobrança judicial	3.907	3.422
Provisões para riscos - cíveis (Nota 9b)	354	271
Provisão para pagamento a efetuar	304	246
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 9b)	246	143
Total	33.584	26.584

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

oltal social no montante de R\$ 20.474 mil (2015 - R\$ 20.474 mil) totalmente integralizado, está dividido em O capital social no montante de R\$ 20.4/4 mil (2015 - R\$ 20.4/4 mil) totalmente integ 20.047.323.224 (2015 - 20.047.323.224) cotas ao valor nominal de R\$ 0,01 cada uma

b) Reservas de lucros

	2016	2015
Reservas de lucros	124.900	49.582
- Reserva legal (1)	4.021	219
- Reserva estatutária (2)	120.879	49.363

- Em 31 de dezembro R\$ mil (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
 Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da
 - sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

de capital social ou na distinuiçado de lovidendos co. Dividendos e juros sobre o capital próprio de lou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarer e pagar dividendos intermediários, especialmente sensestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre a capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

		L/A IIIII
	2016	2015
Lucro líquido	76.040	80.063
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(3.802)	-
Base de cálculo	72.238	80.063
Dividendos propostos	722	29.700
Juros sobre o capital próprio	-	1.000
Imposto de renda retido na fonte	-	(150)
Valor líquido a pagar	-	850
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	38,2%
Valor em reais por lote de mil cotas	0,04	1,52

transações estão assim representadas:



Kirton Administradora de Consórcio Ltda. (Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.) CNPJ nº 60.241.809/0001-37 Travessa Oliveira Bello, 34, 2º andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 12) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Em 31 de dezembro - R\$ mil Exercícios findos em Controlador - R\$ mil 2016 2016 138.936 153.275 Taxa de administração de grupos de consórcios . Dividendos a pagar... 722 Taxa de permanência (1)..... Exercício findo em 153.275 Total .. 139.849 31 de dezembro - R\$ mil (1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados Controlador 13) DESPESA DE PESSOAL Exercícios findos em Outras despesas. Iíquidas de outras receitas operacionais 31 de dezembro - R\$ mil b) Remuneração do pessoal-chave da Administração 2016 nualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho 633 Proventos 149 Encargos sociais Benefícios..... de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e Total 841 A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do 14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição. Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 60 mil para remuneração dos administradores Exercícios findos em Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3,921/10, 31 de dezembro - R\$ mil **2015** 13.674 842 Serviços de terceiros Serviços técnicos especializados... 1.636 471 Ações cíveis 1 530 que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em Serviços do sistema financeiro 415 581 Contribuições filantrópicas 303 813 instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração. Comunicações... 139 179 Outras informações Total..... Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adianta-15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS mentos para Exercícios findos em a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos de dezembro - R\$ mil respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; 2016 2015 11.797 7.663 2.552 11.370 b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e Contribuição à COFINS.....Impostos sobre serviços - ISS. Contribuição ao PIS..... c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer 6.968 2.433 diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer Outros.. 128 264 20.899 22.276 subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. 16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS 22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA Exercícios findos em de dezembro - R\$ mil a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social 2016 2015 Exercícios findos em 618 234 Reversão de provisões operacionais 31 de dezembro - R\$ mil Recuperação de despesas - taxas (1). Outras..... 545 20 2016 2015 114.078 120.075 Resultado antes do imposto de renda e contribuição social..... 1.351 313 Total Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente..... (1) Referem-se a taxas de vistorias, gravames, Detran, avaliação de imóveis, transferências, cessões e substituições de bens Efeito no cálculo dos tributos: 17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis. (450)(133) Exercícios findos em Outros valores Imposto de renda e contribuição social do exercício 31 de dezembro - R\$ mil 016 2015 (38.038)(40.012)2016 b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social 3.984 Comissões sobre vendas Exercícios findos em Patrocínio 865 31 de dezembro - R\$ mil Indenização cível 160 2016 2015 129 Impostos correntes: Outras... Imposto de renda e contribuição social devidos (40.194)(39.985)Total..... 5.450 55 Impostos diferidos: 18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL Constituição/(realização) nos exercícios, sobre adições temporárias...... Imposto de renda e contribuição social do exercício (38 038) (40 012) 31 de dezembro - R\$ mil 016 2015 (6.454) (478) c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos 2016 R\$ mil Provisões não operacionais (1)...... Saldo em Outras... 694 (478) Total ... (5.760)31.12.2015 Constituição Realização 31.12.2016 (1) Em 2016 inclui R\$ 6.462 mil, referente a provisão para perdas em operações seguradas, devido a intervenção Provisão para contingências trabalhistas. Provisão para contingências cíveis.... 92 120 92 120 Outros (1) ... 2 116 23 2.116 23 19) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS Total dos créditos tributários sobre As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 812.173 mil diferenças temporárias (Nota 7) 164 2.320 164 2.320 (2015 - R\$ 749.060 mil), estão compostas de cotas de fundos referenciadas DI. A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimentos - Banco Bradesco S.A., no exercício de 2016 foi de R\$ 1.793 mil. (1) Refere-se essencialmente à Provisão para Seguro de Quebra de Garantia. d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias 20) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil Diferenças temporárias operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades Em 31 de dezembro Imposto de Contribuição 2016 2015 86.623 50.157 80.248 51.623 Bens entregues totais 309 111 420 2017 Consorciados ativos. 2018 569 774 205 Consórcios contemplados (1)... 6.713 7.751 2019 205 569 Bens entregues nos exercícios. Bens pendentes de entrega..... Desistentes e cancelados nos exercícios. 6 3 7 5 7 288 2020 259 93 352 5.754 5.289 Total 1.706 614 2.320 4.615 5.866 A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa Grupos em andamento.... 139 147 Grupos encerrados de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.187 mil (2015 - R\$ 99 mil). Taxa média de inadimplência (2). 12,6% (1) Em 2016 e 2015 foram considerados somente consorciados de grupos em andamento; e (2) Em 2016 e 2015 o % de inadimplência refere-se a consorciados contemplados, com uma ou mais parcelas Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Kirton Administradora de Consórcio Ltda. não possuía créditos tributários não ativados em aberto na data-base 23) OUTRAS INFORMAÇÕES 21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 21) ITANISAÇUES COM PARI ES RELACIONADAS a) Astransações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais a) Os consorciados mantém seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros

contratados - quebra de garantia.

(Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.)

CNPJ nº 60.241.809/0001-37
Travessa Oliveira Bello, 34, 2º andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos • Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos • Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);

conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, • Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Kirton Consórcio como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução n

 ^a 3.604/08 Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);

- Resolução nº 3.750/09 Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

 - Resolução nº 3.989/11 Pagamento Baseado em Ações (CPC 10); Resolução nº 4.007/11 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.424/15 Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Valdeci Prestes - Contador - CRC PR-037174/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Kirton Administradora de Consórcio Ltda

(Anteriormente denominado HSBC (Brasil) Administradora de Consócio Ltda.)

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Kirton Administradora de Consórcio Ltda, ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis

isignificativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de **KPM/G** acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo KPMG Auditores Independentes Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa que la administración precincia injudicia a instituição de cessas suas operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo

de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam que a adultaria de la composición de la composición de la composición de la consideradas relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as nomas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou represent
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles intemos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e
- com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

 Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da

auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 29 de março de 2017

KPMG

André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2

24969/2017



ina inicial

Sistema de Publicações Oficiais.

Mais segurança ao cidadão paranaense.

www.imprensaoficial.pr.gov.br





(Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.)

CNPJ nº 60.241.809/0001-37

Travessa Oliveira Bello, 34, 2º andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas

Submetemos à apreciação de V.Sas, às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Submeternos a apreciação de v.asa. as demonstrações contadeis do exercicio linito em 31 de dezembro de 2016, da Kirton Administradora de Consórcio Ltda. (Kirton Consórcio), anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de julho de 2016, a Kirton Consórcio passou a integrar o Conglomerado Bradesco devido a conclusão da aquisição do HSBC Bank Brasil S.A., conforme contrato celebrado em agosto de 2015 entre, Banco Bradesco S.A. e

HSBC Latin America Holdings Limited.

No exercício a Kirton Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 76.040 mil, correspondente a R\$ 37,14 por lote de mil cotas Patrimônio Líquido de R\$ 145.374 mil e Ativos Totais de R\$ 202.742 mil. Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Curitiba, PR, 1º de fevereiro de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil						
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015	
CIRCULANTE	201.252	117.470	CIRCULANTE	56.768	48.354	
DISPONIBILIDADES (Nota 5)	-	15.955	OUTRAS OBRIGAÇÕES	56.768	48.354	
TÍTULOS E VALORES MOBÍLIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Sociais e Estatutárias	722	-	
DERIVATIVOS (Nota 6)	193.955	98.199	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	23.062	25.833	
Carteira Própria	193.955	98.199	Diversas (Nota 10b)	32.984	22.521	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	7.297	3.316				
Créditos Específicos	3.907	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	600	4.277	
Diversos	3.390	3.316	OUTRAS OBRIGAÇÕES	600	4.277	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.365	5.106	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	-	214	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	1.365	5.106	Diversas (Nota 10b)	600	4.063	
Créditos Específicos	-	3.422				
Diversos	1.365	1.684	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	145.374	70.056	
PERMANENTE	125	111	Capital:			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	125	111	- De Domiciliados no País	20.474	20.474	
Outras Imobilizações de Uso	128	122	Reservas de Lucros	124.900	49.582	
Depreciações Acumuladas	(3)	(11)				
TOTAL	202.742	122.687	TOTAL	202.742	122.687	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Eventos

Lucro Líquido... Destinações: - Reservas

Saldos em 31.12.2016

Saldos em 31.12.2014..

Utilização de Reserva Estatutária para pagamento de dividendos.

Saldos em 31.12.2016

Saldos em 30.6.2016...... Ajustes de Avaliação Patrimonia

- Dividendos Propostos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTAI	OO - Em Reais mil		
	2º Semestre	Exercícios findos semestre em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	9.769	15.828	7.247
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	9.769	15.828	7.247
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	9.769	15.828	7.247
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	49.957	104.010	113.306
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 12)	67.399	139.849	153.275
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(841)	(841)	(2)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(4.093)	(10.000)	(17.949)
Despesas Tributárias (Nota 15)	(10.183)	(20.899)	(22.276)
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	594	1.351	313
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(2.919)	(5.450)	(55)
RESULTADO OPERACIONAL	59.726	119.838	120.553
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 18)	609	(5.760)	(478)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	60.335	114.078	120.075
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(19.752)	(38.038)	(40.012)
Provisão para Imposto de Renda	(14.208)	(29.237)	(29.151)
Provisão para Contribuição Social	(5.543)	(10.957)	(10.834)
Ativo Fiscal Diferido	(1)	2.156	(27)
LUCRO LÍQUIDO	40.583	76.040	80.063
Número de cotas (Notas 11a e b)	2.047.323	2.047.323	2.047.323
Lucro por lote de mil cotas em R\$	19,82	37,14	39,11

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Beais mil

80.063 Lucro Líquido. Destinações: - Reservas. 49.363 (49.363)- Dividendos (29.700)(29.700) Juros sobre o Capital (1.000)(1.000)20.474 49.363 Saldos em 31.12.2015... 219 70.056 76.040 Lucro Líquido 76.040 Destinações: - Reservas 3.802 71.516 (75.318)(722)Propostos (722)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Estatutária

36.059

120.879

14.800

(14.800)

120.879

Reservas de Lucros

Legal

219

3.802

4.021

219

Avaliação

Patrimonia

Acumulados

(39.861)

(722)

Exercícios findos

Totais

105.478 40.583

(722)

145.374 35.493

(14.800)

Capital

Social

20.474

20.474

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

4.021

DEMICINSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE	CAINA - EIII Neals	11111	
	2º Semestre	Exercícios em 31 de de	
	2016	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	60.335	114.078	120.075
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e			
Contribuição Social	140	352	111
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	139	351	110
Outros	1	1	1
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e			
Contribuição Social	60.475	114.430	120.186
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(48.876)	(95.756)	(29.893)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(545)	1.918	992
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(4.084)	(20.837)	(67.238)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(8.721)	(15.695)	(15.818)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades			
Operacionais	(1.751)	(15.940)	8.229
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	35	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(15)	(15)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de			
Investimentos	20	(15)	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.731)	(15.955)	8.229
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.731	15.955	7.726
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-	15.955
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.731)	(15.955)	8.229

2º Semestre em 31 de dezembro 2016 2015 2016 773.135 749.898 DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO 678.006 Depósitos Bancários..... Aplicações Financeiras. 804 85.384 838 73.763 1.245 53.709 Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT) 686.947 675.297 623.052 1.179.849 907.652 **1.236.539** 944.769 (+) RECURSOS COLETADOS **571.204** 440.453 Contribuições para Aquisição de Bens.. Taxa de Administração .. 65.721 135.850 147.708 Contribuições ao Fundo de Reserva..... Rendimentos de Aplicações Financeiras Multas e Juros Moratórios 26.111 65.995 3.081 14.046 28.256 31.690 1.337 17.494 Prêmios de Seguro.... 36.172 37.603 Custas Judiciais... 463 1.137 11.268 (1.164.647) (917.847) (-) RECURSOS UTILIZADOS. (532.166) Aquisição de Bens. (414.217)(879.525) (135.157) Taxa de Administração (65.405) (149.793) (1.540) Multas e Juros Moratórios (668) (17.659) Prêmios de Seguro... Custas Judiciais.. (26.124) (31.458) **749.898 838** Devolução a Consorciados Desligados... (15.513) (35.426)DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO...... 812.173 812.173 Depósitos Bancários... 87.965 87.965 73.763 Aplicações Financeiras Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)... 724.208 724.208 675.297

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil					
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.059.530	1.951.162	CIRCULANTE E EXÍGIVEL A LONGO PRAZO	2.059.530	1.951.162
Depósitos Bancários	-	838	Obrigações com Consorciados	667.064	717.142
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 19)	812.173	749.060	Valores a Repassar	31.981	27.439
Aplicações Financeiras	812.173	749.060	Obrigações por Contemplações a Entregar	723.556	675.237
OUTROS CRÉDITOS	1.247.357	1.201.264	Obrigações com a Administradora	120	-
Aplicações Financeiras	1.241.008	1.200.611	Recursos a Devolver a Consorciados	495.298	414.882
Bens Retomados	6.349	653	Recursos dos Grupos	141.511	116.462
COMPENSAÇÃO	5.369.550 44.025 2.977.249 2.348.276	6.448.775 46.960 3.475.089 2.926.726	COMPENSAÇÃO	5.369.550 44.025 2.977.249 2.348.276	6.448.775 46.960 3.475.089 2.926.726
TOTAL	7.429.080	8.399.937	TOTAL	7.429.080	8.399.937

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações C NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Kirton Administradora de Consórcio Ltda. ("Kirton Consórcio" ou "Instituição") anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda., é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de

participantes do público em geral. Em 8 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Instituição integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016, com a transferência de controle efetiva, passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Atualmente, como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de seu Controlador ("Banco Bradesco") e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto Em 1º de julho de 2016, através do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, foi alterada a denominação do HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda., para "Kirton Administradora de Consórcio Ltda.", cujo processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 8 de julho de 2016.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema

Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos insulmentos infacelios, provisces civeis, insuais e facialinistas, pertas por letugad ao vaio recuperaver (impannient) in não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são As operações com taxas prenixadas sau registradas pelo vatir de resiguêr. As receita contabilizadas pelo critério *por atat* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

 c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria
- no período; e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado. modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa

exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base.

QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2017

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2015

R\$ mil

2015

Exercícios findos 31 de dezembro - R\$ mil

2015

11.797

7.663

2.552

22.276

2016

11.370

6.968

2.433

20.899

2016

Kirton Administradora de Consórcio Ltda.

(Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.)

CNPJ $\rm n^2$ $\rm \hat{6}0.241.809/0001-37$ Travessa Oliveira Bello, 34, 2º andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Ativos circulante e realizável a longo prazo São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia)

f) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos c essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) incorridas.

 i) Impostos e contribuições
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

OS créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a

provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade
- com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem
- o que ocasionaría uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 Obrigações Legais Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

orrespondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações
 Impostos e contribuições sobre lucros a pagar...

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Aplicações financeiras

Apirações pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.
Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente

Outros créditos

Outros creditos

outros

outros

creditos

outros

creditos

outros

outros

creditos

outros

o

Passivo circulante

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar
Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III - Obrigações por contemplações a entregar
Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço. IV - Recursos a devolver a consorciados
Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos

a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos
Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do

preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança. Contas de compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições
Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

III - Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das

operações de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e 2015 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2016 a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa (2015 - R\$ 15.955 mil).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de deze	embro - R\$ mil
	2016	2015
Carteira própria		
Letras financeiras do tesouro	-	80.014
Cotas de fundos de investimentos	193.955	18.185
Total	193.955	98.199
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação data do balanço. Se não houver cotação de precos de mercado disponível, os valores são		

dada do balanço. Se não houvel colação de preços de mercado absponíver, os valores sad estimadores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "para negociação" e estão demonstrados no ativo circulante para fins

de apresentação do Balanço Patrimonial.

b) Resultado de títulos e valores mobili

	31 de dezembro - R\$	
	2016	2015
Rendas de títulos de renda fixa	11.088	7.247
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	4.760	-
Prejuízos com títulos de renda fixa	(20)	-
Total	15.828	7.247
7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS		
	Em 31 de dez	embro - R\$ mil
	2016	2015
Valores pendentes - cobrança judicial (2)	3.652	3.346
Créditos tributários (Nota 22c)	2.320	164
Devedores por depósitos em garantia	1.365	1.528
Pagamentos a ressarcir (1)	1.019	413

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança; e (2) Referem-se basicamente a custas judiciais de processos de cobrança a serem ressarcidos pelos respectivos consorciados.

8) IMOBILIZADO DE USO

Bens retomados após encerramento Impostos e contribuições a compensar

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo

com a vida din-economica dos bens.					zembro - R\$ mil
				Custo líquido d	e depreciação
	Taxa anual	Custo	Depreciação	2016	2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	13	(3)	10	1
Sistemas de processamento de dados	20%	5	-	5	-
Outras imobilizações em curso		110	-	110	110
Total em 2016		128	(3)	125	
Total em 2015		122	(11)		111

9) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes

 b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
 Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encernadas nos útilmos 12 meses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso

normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

		Trabalhistas	Cíveis
, a	No início do exercício de 2016	143	271
9	Constituições líquidas de reversões e baixas	86	216
	Atualização Monetária	17	32
Э	Pagamentos	-	(165)
,	No final do exercício de 2016 (Nota 10b)	246	354

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

		2016	2015
3	Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	21.403	24.167
	Impostos e contribuições a recolher	1.659	1.880
	Total	23.062	26.047
	b) Diversas		
		Em 31 de dez	embro - R\$ mil
r		2016	2015
	Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	22.301	18.183
S	Credores diversos	6.472	905
	Valores a pagar sociedades ligadas	-	3.414
	Recursos pendentes cobrança judicial	3.907	3.422
	Provisões para riscos - cíveis (Nota 9b)	354	271
3	Provisão para pagamento a efetuar	304	246
	Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 9b)	246	143
	Total	33.584	26.584

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 20.474 mil (2015 - R\$ 20.474 mil) totalmente integralizado, está dividido em 20.047.323.224 (2015 - 20.047.323.224) cotas ao valor nominal de R\$ 0,01 cada uma.

		R\$ mil
	2016	2015
Reservas de lucros	124.900	49.582
- Reserva legal (1)	4.021	219
' - Reserva estatutária (2)	120.879	49.363

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade
- pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre a capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	Lucro líquido	76.040	80.063
s	(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(3.802)	-
	Base de cálculo	72.238	80.063
	Dividendos propostos	722	29.700
9	Juros sobre o capital próprio	-	1.000
•	Imposto de renda retido na fonte	-	(150)
	Valor líquido a pagar	-	850
	Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	38,2%
	Valor em reais por lote de mil cotas	0,04	1,52
	12) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
		Exerc	ícios findos em
		31 de dez	embro - R\$ mil
		2016	2015
	Taxa de administração de grupos de consórcios	138.936	153.275
	Taxa de permanência (1)	913	-

Contribuição à COFINS.

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em

2.849

41 10

,	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	633	2
Encargos sociais	149	-
Benefícios	59	-
Total	841	2

14)	OUTRAS	DESPESAS	ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Serviços de terceiros	4.842	13.674
Serviços técnicos especializados	1.636	471
Ações cíveis	1.530	-
Serviços do sistema financeiro	415	581
Contribuições filantrópicas	303	813
Comunicações	139	179
Outras	1.135	2.231
Total	10.000	17.949
15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
···/ ==-·· =-····	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	

Impostos sobre serviços - ISS. Contribuição ao PIS.. Total

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reversão de provisões operacionais	618	234
Recuperação de despesas - taxas (1)	545	20
Outras	188	59
Total	1.351	313

(1) Referem-se a taxas de vistorias, gravames, Detran, avaliação de imóveis, transferências, cessões e substituições de bens

(Anteriormente denominada HSBC (Brasil) Administradora de Consórcio Ltda.)

CNPJ nº 60.241.809/0001-37

Travessa Oliveira Bello, 34, 2º andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80020-030

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil		
	2016	2015	
Comissões sobre vendas	3.984	-	
Patrocínio	865	-	
Indenização cível	160	-	
Gravames	129	-	
Outras	312	55	
Total	5.450	55	
18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
,	Exercícios findos em		
	31 de deze	31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015	
Provisões não operacionais (1)	(6.454)	(478)	
Outras	694	` -	
Total	(5.760)	(478)	

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 812.173 mil (2015 - R\$ 749.060 Imposto de renda e contribuição social do exercício.

mil), estão compostas de cotas de fundos referenciadas Dl.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimentos - Banco Bradesco S.A., no

exercício de 2016 foi de R\$ 1.793 mil. 20) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades:

	2016	2015
Bens entregues totais	86.623	80.248
Consorciados ativos	50.157	51.623
Consórcios contemplados (1)	6.713	7.751
Bens entregues nos exercícios	6.375	7.288
Bens pendentes de entrega	5.754	5.289
Desistentes e cancelados nos exercícios	4.615	5.866
Grupos em andamento	139	147
Grupos encerrados	7	11
Taxa média de inadimplência (2)	12,6%	10,4%

(1) Em 2016 e 2015 foram considerados somente consorciados de grupos em andamento: e

(2) Em 2016 e 2015 o % de inadimplência refere-se a consorciados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2016
Passivo	
Dividendos a pagar	722
	Exercício findo em
	31 de dezembro - R\$ mil
	Controlador
	2016
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	1.190
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração	

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência

destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 60 mil para remuneração dos administradores

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu oal-chave da Administração.

Outras informações
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

parentes até o 2º grau; Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros

do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Imposto de renda e contribuição social devidos

Impostos diferidos:

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	114.078	120.075
respectivamente	(38.786)	(40.825)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(450)	(133)
Outros valores	1.198	946
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(38.038)	(40.012)
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		
	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

,				R\$ mil
	Saldo em			Saldo em
	31.12.2015	Constituição	Realização	31.12.2016
Provisão para contingências trabalhistas	49	84	49	84
Provisão para contingências cíveis	92	120	92	120
Outros (1)	23	2.116	23	2.116
Total dos créditos tributários sobre diferenças				
temporárias (Nota 7)	164	2.320	164	2.320

(1) Refere-se essencialmente à Provisão para Seguro de Quebra de Garantia

Constituição/(realização) nos exercícios, sobre adições temporárias......

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil Diferenças temporárias Imposto de Contribuição renda Total 420 774 569 205 569 205 774 352 1.706

(39.985)

(40.012)

(40.194)

2.156

(38.038)

A projecão de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros

O valor presente dos créditos tribu a R\$ 2.187 mil (2015 - R\$ 99 mil). ente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Kirton Administradora de Consórcio Ltda. não possuía créditos tributários não ativados

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

2018.

2019

Total.

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e

A Kirton Consórcio como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no renciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.
Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Hesolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
 Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
 Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
 Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).
 Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em

31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Valdeci Prestes - Contador - CRC PR-037174/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Kirton Administradora de Consórcio Ltda. (Anteriormente denominado HSBC (Brasil) Administradora de Consócio Ltda.) Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Kirton Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kirton Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinau como posecutários autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinau como posecutários que ela determinau como posecutarios que ela determinación que ela determinación que ela determinau como posecutarios que ela determinación que ela determin controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso des base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração

das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

- profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

 Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expre Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ínstituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 29 de março de 2017



André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2